



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

PAULO HENRIQUE BARBOSA MARINHO

**POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E INTERESSE SOCIAL: A
PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO NA MELHORA DA QUALIDADE DE
VIDA DOS BENEFICIADOS DO PMCMV NO CONJUNTO HABITACIONAL LAGO
AZUL I EM ARAGUAÍNA-TO.**

**ARAGUAÍNA – TO.
2018**

PAULO HENRIQUE BARBOSA MARINHO

POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E INTERESSE SOCIAL: A
PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO NA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA
DOS BENEFICIADOS DO PMCMV NO CONJUNTO HABITACIONAL LAGO AZUL I
EM ARAGUAÍNA-TO.

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína junto ao curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, como requisito para conclusão do curso, sob orientação da Prof. (a) Dr.^a Poliana Oliveira Cardoso.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M338p Marinho, Paulo Henrique B.
 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E INTERESSE SOCIAL:
 A PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO NA MELHORA DA
 QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIADOS DO PMCMV NO
 CONJUNTO HABITACIONAL LAGO AZUL I EM ARAGUAÍNA-TO. /
 Paulo Henrique B Marinho. – Araguaína, TO, 2018.
 33 f.

 Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de
 Cooperativas, 2018.
 Orientadora : Poliana Oliveira Cardoso

 1. Políticas Públicas Habitacionais. 2. Programa Minha Casa
 Minha Vida. 3. Participação Social. 4. Qualidade de Vida. I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PAULO HENRIQUE BARBOSA MARINHO

POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E INTERESSE SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO NA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIADOS DO PMCMV NO CONJUNTO HABITACIONAL LAGO AZUL I EM ARAGUAÍNA-TO.

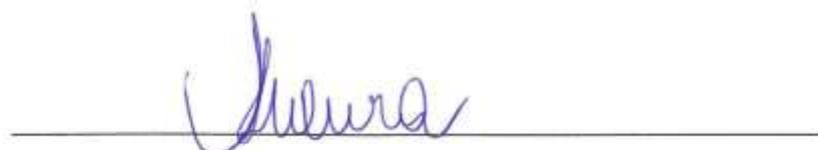
Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína junto ao curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, como requisito para conclusão do curso, sob orientação da Prof. (a) Dr.^a Poliana Oliveira Cardoso e banca examinadora.

Aprovado em: 07/11/2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a Poliana Oliveira Cardoso (Orientadora) UFT.



Prof.^a. Dr.^a Roseni Aparecida de Moura UFT.



Prof.^o. Ms Jose Moraes Feitosa UFT.

RESUMO

A questão das Políticas Públicas Habitacionais no Brasil vem ganhando bastante visibilidade, sendo que seu ápice deu em 2009, quando o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV sob a Lei nº 11.977 de 2009. Tal lei tem por finalidade subsidiar recursos para aquisição de novas moradias urbanas e reforma para habitações rurais. Visando fortalecer o PMCMV, em 2014 o Ministério das Cidades tornou pública a Port. Nº 21, sobre Trabalho Social, que visa incorporar as famílias beneficiadas atividades de cunho educacional, político e sustentabilidade por meio da interação social a garantia de seus direitos e da melhora da qualidade de vida. O presente artigo visa investigar as fragilidades das Políticas Públicas de Habitação implementadas no município de Araguaína a partir da Portaria Nº 21, e como os beneficiários se organizam na busca pela melhora da qualidade de vida. O foco a ser estudados são as famílias que residem no Conjunto Habitacional Lago Azul I dos quais, foram entrevistadas 16 famílias por meio de questionários que cobria questões de ocupação, renda, escolaridade e problemas na comunidade. Além disso, foram aplicados dois roteiros semiestruturados com o representante das famílias na comunidade e um representante do poder público. Os principais resultados mostram que existe a necessidade de maior organização na busca por incentivos e uma maior participação das famílias visando melhorias para problemas de infraestrutura, segurança dentre outros levantados neste trabalho.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas de Habitação, Participação, Qualidade de Vida.

ABSTRACT

The Public Housing Policies in Brazil has gained enough visibility, and its peak occurred in 2009, when then President Luiz Inácio Lula da Silva, instituted the Program My Home My Life-PMCMV under Law No. 11,977 of 2009. This law is intended to subsidize resources to acquire new urban housing and the reform of rural housing. To strengthen the PMCMV, in 2014 the Ministry of Cities made public the Port. N° 21, on Social Work, which aims to incorporate the beneficiary families with educational, political and sustainability activities through social interaction, guaranteeing their rights and improving their quality of life. The aim of this article was to investigate the weaknesses of Public Housing Policies implemented in the municipality of Araguaína from the Ordinance N°. 21, and how the beneficiaries organize themselves in the search for an improvement in the quality of life. The focus to be studied are the families residing in the Lago Azul I housing complex, of which 16 families were interviewed through questionnaires that covered questions of occupation, income, schooling and problems in the community. In addition, they applied two semi-structured scripts with the representative of the families in the community and a representative of the government. The main results show that there is a need for better organization in the search for incentives and a greater participation of the families aiming improvements to problems of infrastructure, security among others raised in this work.

Keywords: PublicHousing Policies, Qualityof Life, Social Work, My Home My Life Program.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLITICAS PÚBLICAS HABITACINAIS NO BRASIL.....	2
3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV).....	3
3.1 Portaria Nº 21 Do Ministério Das Cidades (MC).....	4
4 METODOLOGIA	6
4.1 O Programa Minha Casa Minha Vida no município de Araguaína – TO.	8
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	9
6 DISCUSSÕES.....	19
7 CONCLUSÃO	21
8. BIBLIOGRAFIA	22

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de Araguaína no estado do Tocantins.	8
Figura 2. Problemas Identificados pelos participantes da pesquisa, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.....	14

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:Perfil etário dos entrevistados, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.	10
Gráfico 2:Perfil de Escolaridade, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.....	11
Gráfico 3:Proporção de moradores que realizaram algum tipo de benfeitorias e benfeitorias feitas nas casas, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.	13
Gráfico 4: Perfil de renda, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.....	13

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Faixa de Renda e quantidade de Unidade Habitacionais.....	3
---	---

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Holz e Monteiro (2008), o conceito de moradia tem sofrido alterações com o passar do tempo e evolução das discussões. Ainda com base nos autores, a princípio, a moradia era compreendida em campo inteiramente individual, direito exercido sem preocupação ou interesse social e coletivo. No entanto, após a desmistificação da relação entre proprietário e bem, o entendimento passou a ser entre o proprietário e a sociedade, ou seja, o proprietário passou a usar seu bem em prol da coletividade, iniciando o processo de compreensão da função social da moradia.

Ao tratar do processo histórico da organização social e da questão da moradia no Brasil, foi durante a Primeira República (1889 - 1930) devido a crescente massa de trabalhadores e migração europeia que se iniciou um processo mais intenso de moradia. Em 1964 iniciou-se as primeiras ações efetivas para atender as necessidades de habitação de interesse social através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Mas, foi por meio da Constituição de 1988 que a propriedade foi garantida enquanto direito fundamental.

Em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida foi iniciado e desde sua criação, muitos estudos e pesquisas acadêmicas colocaram em foco o Programa, já que por meio de uma política governamental de grande impacto busca-se a superação da pobreza na tentativa garantir por meio da propriedade a função social.

É pertinente mencionar alguns destes estudos, como Bucci e Menezes (2014), Tatagiba (2013) e Loreiro et al. (2013) que em seus trabalhos apontam que o PMCMV se trata da Política Pública de habitação mais relevante desde 2009. No entanto, o que os autores evidenciam é que existem algumas limitações nos arranjos institucionais da política, mostrando que em muitos casos se reduz a produção em massa da construção civil sendo ineficaz no quesito moradia adequada. Os autores sinalizam também que existem outras lacunas como a reprodução de um modelo de produção do espaço urbano segregacionista e a desvalorização do sistema participativo apesar de prever a participação dos atores sociais envolvidos. Ou seja, os arranjos institucionais não legitimam a participação dos grupos sociais, uma vez que suas demandas não têm sido contempladas.

É tendo em vista este panorama geral é que nasce o interesse por esse tema, ao considerar que o PMCMV ser considerado um avanço no âmbito das Políticas

Públicas Habitacionais no Brasil, alguns aspectos precisam ser rediscutidos. Desta forma, o presente artigo tem como problemática investigar em que medida a maior participação das famílias do Conjunto Habitacional Minha Casa Minha Vida pode contribuir para a qualidade de vida dos beneficiários do programa em Araguaína – TO. O objetivo geral é verificar se a participação pode ser um instrumento na busca por superação das lacunas existentes da Política Pública implementada para as famílias do Conjunto Habitacional Lago Azul I. Os objetivos específicos são: descrever o histórico de implementação da Política Pública em Araguaína; identificar o perfil socioeconômico das famílias atendidas; verificar se existe acompanhamento de instituições ou atores sociais que influenciam na melhoria de vida das famílias e identificar se os moradores participam de algum espaço coletivo e que tipo de ações.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.

De acordo com Bonduki (2014), a partir do final do século XIX, a habitação social começa a ser vista e tratada de diferentes formas pelo poder público. Durante a Primeira República (1889-1930), onde ocorreu a primeira demanda com a chegada de trabalhadores e também pela crescente migração europeia, foram empregadas modalidades de alojamentos coletivos e vilas de operários feitas. Ainda de acordo com o autor, já na Revolução de 1930, o governo passou a se impor tanto no processo de produção como no mercado de aluguel habitacional.

Três décadas mais tarde, como esclarece Bonduki (2014) especificamente em 1964 foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instituído pela Lei 4.380/64, que tinha por objetivo melhorar a política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupança e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Nas décadas de 1980 e 1990, segundo Holz e Monteiro (2008), devido as crises econômicas; o índice de inadimplência foi acentuado. Ainda segundo as autoras o crescimento desenfreado do espaço urbano ilegal, a exclusão social e o descaso do poder público frente às questões habitacionais, fizeram com que a questão da organização urbana ressurgisse relacionada aos movimentos sociais de

reivindicação por infraestrutura e regularização das áreas ilegais, e esses movimentos culminaram num novo ordenamento constitucional.

Na Constituição Federal de 1988 o direito à propriedade foi garantido enquanto direito fundamental (Art. 5º, XXII), sendo um direito inviolável e essencial ao ser humano, posto ao lado de outros direitos, como a vida, a liberdade, a segurança, etc; mas também à propriedade foi atribuído interesse social (HOLZ e MONTEIRO, 2008).

A criação de Políticas Públicas de moradia deve ser de essencial prioridade aos governos, visto que a falta de moradia leva a inúmeros problemas sociais, como afirma, Funes (2005), o principal agente da exclusão territorial e da degradação ambiental é a segregação espacial, que traz consigo uma lista interminável de problemas sociais e econômicos, tendo como consequência a exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação; gera menores oportunidades de emprego, dentre outros problemas, ocasionando assim uma perpetuação da pobreza e a ausência do exercício da cidadania.

3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV).

O Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 11.977 de 2009, alterada em 16 de junho de 2011. Em seu Art. 1º apresenta sua finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

Em sua primeira fase o PMCMV é dividido em três faixas de renda, conforme é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Faixa de Renda.

Faixa De Rendas	R\$
I	de até R\$ 1.600
II	de R\$ 1.601 até R\$ 3.275;
III	de R\$ 3.276 até R\$ 4.650;

Fonte: PAC Programa de Aceleração do Crescimento 2015.

O PMCMV teve por base para a sua constituição a Política Nacional de Habitação (PNH) criada pelo Ministério das Cidades que estabeleceu critérios de seleção para os beneficiários como mulheres responsáveis pela unidade familiar, famílias de que possuem pessoa(s) com deficiência e também preparou os processos de priorização para aqueles que se beneficiam com a nova moradia.

Assim, conforme está afirmado no Cap. I, Art. 3º, § 1º, da Port. Nº 21 do Ministério das Cidades de 2014, neste artigo, o caso apresentado se encaixa especificamente no Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU. O próximo tópico apresenta a portaria Nº 21 do ministério das cidades que evidencia a participação, liderança e mobilização dos beneficiários como componente importante deste processo.

3.1 Portaria Nº 21 Do Ministério Das Cidades (MC).

A Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério Das Cidades aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades e abrange o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; bem como, naquelas executadas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, em todas as suas modalidades.

Baseado ainda nesta portaria, o Manual de Instruções do Trabalho Social, Port. Nº 21, 2014 do Ministério das Cidades, tem por objetivo principal promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a concretização dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção. Ainda traz como objetivos específicos, provocar nos beneficiários o envolvimento, surgimento de lideranças, organização e processos de mobilização comunitária de forma democrática nos processos implantados. A portaria toda em si visa despertar nos beneficiários que eles mesmos se tornem autores do desenvolvimento local e garantam a concretização dos seus direitos.

Entre as atividades desenvolvidas encontra-se: cursos de cabeleireiro, pintura, manicure, biscuit, corte e costura, bordado, padeiro, produção de bolos, doces, biscoitos e entre outras atividades. Existe também a preocupação em despertar nos beneficiários: “apoio à formação de comissões e grupos de produção,

formação de cooperativas, cursos de capacitação em empreendedorismo, capacitação em fundamentos de economia solidária, acesso a crédito e implantação dos projetos de iniciativa das comunidades, respeitadas as particularidades da população beneficiária e condições específicas de cada intervenção;" (Item 5 - h.2, Port. Nº 2014, pag. 19)

A busca de inserção das pessoas nos processos titulados participativos vem sendo bastante evidenciado nos tempos atuais.

Segundo Garbiline (2017) existem vários conceitos de participação social na literatura já que se trata de um conceito amplo e que implica muitas dificuldades práticas. A autora salienta que participação ou participação social está relacionada a construção de espaços que favorecem interconexões entre os gestores da sociedade. No Brasil de acordo com a mesma autora, foi a partir de 1970 que iniciou as primeiras tentativas de colocar em prática a gestão participativa, com a finalidade de melhorar condições precárias de vida da população que vivia a margem das mudanças. A partir de então começou a se estimular organizações populares a exemplo das associações de moradores.

Para Camargo (2016) os problemas sociais e os fenômenos que ocorrem na convivência dos indivíduos na sociedade podem encontrar respaldo diante da vida social. A autora continua ao explicar que as autarquias locais são elementos importantes dentro da estrutura organização do Estado. Isso porque, as organizações locais possuem órgãos próprios e pessoas de direito público para gerir, que estão baseados no princípio da representatividade democrática. A finalidade é o levantamento e execução dos interesses próprios locais. Exemplos citados por Camargo (2016) é a articulação de um poder local com finalidades distintas nas áreas de saneamento básico, planejamento urbano, educação, saúde, etc. Ainda de acordo com a autora, o poder local é concebido, a partir do estabelecimento de novas relações entre o espaço local e a sociedade, em que a participação ativa se faz fundamental.

Nesse sentido, a participação social, possui um papel fundamental perante o Estado, uma vez que se cria um vínculo entre sociedade e governo, promovendo não só a efetivação de políticas públicas de interesse local, como também o controle das ações governamentais.

No entanto, a autora chama atenção para um fato que está diretamente ligado ao tema deste artigo que é a construção e ampliação do poder local, para que esse processo ocorra de forma efetiva é necessária a participação dos indivíduos, de forma compartilhada e cooperativa, tanto nas questões sociais como políticas urbanas, ou seja, o compartilhamento do poder dá ao cidadão a capacidade de influir sobre determinado destino de recurso, a exemplo, de uma melhor qualidade de vida e de desenvolvimento humano

Ainda nesta perspectiva, a participação social pode ser interpretada como uma forma de controlar a qualidade dos serviços locais prestados pelo governo, favorecendo a gestão local. Vale ressaltar que as questões coletivas se tornam essenciais na busca por melhora nas condições de vida de indivíduos organizados. Na sociedade, maior parte das vezes que conquistas importantes aconteceram como direitos trabalhistas ou na universalização de alguns serviços de saúde vieram a partir de grupos coletivos organizados que reivindicaram tais melhorias.

4 METODOLOGIA

Neste artigo busca-se descrever como se dá o processo de participação das famílias beneficiadas pela Política Pública do Minha Casa Minha Vida, do Conjunto Habitacional Lago Azul I, e como a organização social dos moradores pode vir a contribuir para a melhora da qualidade de vida dos mesmos.

Para tanto, a abordagem para atingir os objetivos propostos será qualitativa, utilizada quando a finalidade é descrever uma situação. A pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador mensurar opiniões, hábitos, atitudes e reações por meio de uma amostra que representa o universo pesquisado. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo (FREITAS E JABBOUR, 2011).

Para o trabalho em questão foi escolhido a pesquisa com os moradores do conjunto Habitacional Lago Azul I no município de Araguaína. A escolha pelo município se justifica pelo fato de o município possuir o segundo maior programa habitacional da Região Norte do Brasil e do estado do Tocantins. E também pelo

fato de o conjunto Habitacional Lago Azul I ser considerado um dos conjuntos com melhor infraestrutura para os beneficiados no município.

Para tanto, foram elaborados um modelo de questionário e dois roteiros semiestruturados. Foram entrevistadas 16 famílias beneficiárias e o questionário continha questões abertas e fechadas com objetivo traçar o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas, bem como ouvi-las quanto a participação e expectativas para o bairro em que residem. A pesquisa de campo foi realizada no mês de julho de 2018 e foram aplicados um total de 16 questionários. Destaca-se que o número de entrevistas realizadas seguiu o que Baldin e Munhoz (2011), denominam de “o ponto de saturação”, que ocorre quando os novos entrevistados começam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa.

Após aplicação dos questionários os resultados obtidos por meio das questões fechadas foram organizados em forma de dados que foram trabalhados no Excel por meio de estatística descritiva como análise de frequência, média, mínimo e máximo. Destaca-se para a compilação dos dados, sobretudo para as questões abertas, utilizou-se o Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) um programa informático gratuito, que se ancora no software R e permite diferentes tratamentos e ferramentas de análise estatística a estruturação e relações de palavras no texto, por imagens (CAMARGO E JUSTO, 2013).

Além do questionário aplicado com as famílias do Lago Azul I, também foram aplicados no mês de julho de 2018 dois roteiros semiestruturados direcionados ao representante de bairro cujo objetivo é tomar ciência das ações feitas junto à comunidade, suas expectativas, dificuldades, e se existe apoio por parte dos representantes do poder público. E um roteiro de perguntas com o representante do poder público municipal que teve por finalidade, trazer a visão institucional a respeito das ações e melhorias que são feitas junto às famílias.

É pertinente destacar que a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Salienta-se o uso de um instrumento que auxiliou a coleta de dados, que foi a escolha por manter um caderno de campo com anotações de campo, observações, expressões e frases que

chamaram atenção do pesquisador. Tais impressões de campo serviram de suporte aos dados e informações colhidas por meio dos demais instrumentos.

4.1 O Programa Minha Casa Minha Vida no município de Araguaína – TO.

Segundo informações do site da Prefeitura Municipal do município de Araguaína, a mesma está situada na região Norte do Estado do Tocantins, a 393 km da capital Palmas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último censo realizado 2010, Araguaína possuía cerca de 150.484 habitantes, em 2017 estima-se que a população seja de 175.960. O salário médio mensal em 2016 era de 2,1 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18.2%. A Figura 1 mostra a localização do município no estado do Tocantins que faz divisa com outros seis estados brasileiros.

Figura 1. Localização do município de Araguaína no estado do Tocantins.



Fonte: "Adaptado do portal <http://mochileiro.tur.br>"

O Programa Minha Casa Minha Vida em Araguaína, teve início no período de 2009 e ficou a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a responsabilidade pelo Programa. Segundo notícia publicada no site da prefeitura pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), em 2017, Araguaína, possui o segundo maior programa habitacional da Região Norte do Brasil e o maior do Estado, sendo considerada a Capital da Habitação do Estado. No total, são 6.610 casas entregues ou em construção e outras 1.300 a serem construídas, beneficiando diretamente mais de 30 mil pessoas. Apesar do PMCMV ser um programa que vem ganhando cada vez mais visibilidade no município, vale destacar que já existia na cidade outras modalidades de programas habitacionais como o Morar melhor. (ASCOM, 2017.)

Neste artigo, como exposto anteriormente, o empreendimento do PMCMV a ser estudado é o Conjunto Habitacional Lago Azul I, que beneficia cerca de 1.030 famílias, sendo o conjunto habitacional com mais casas comparadas aos outros já consolidados na cidade.

Tendo em vista ser considerado um dos conjuntos mais recentes onde as famílias mudaram-se entre o final de 2015 e meados de 2016, o interesse de estudo por este empreendimento se deu pelo fato de vir já de incidência a portaria nº 21 do Ministério das Cidades de 2014, que como já apresentada (tópico 3.1), trata-se do Manual de Instruções do Trabalho Social a ser exercida com as famílias beneficiadas e que tem por objetivo fazer por meio da participação social após a efetivação da política, criar meios que possam fazer deles atores principais de seu desenvolvimento local, melhorar as condições de vida e garantirem seus direitos civis fortalecendo a democracia.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

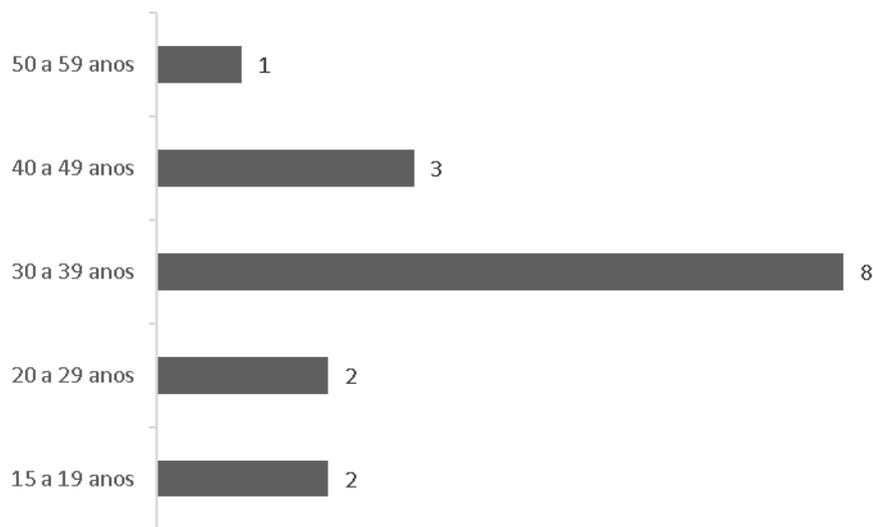
Como visto, o objetivo da aplicação dos questionários era de traçar o perfil socioeconômico das famílias que residem no setor bem como ouvi-las quanto a sua participação e expectativas para o bairro no futuro.

Dentre os moradores entrevistados a média de idade é de 35 anos, sendo que o entrevistado mais jovem tinha 15 anos e o mais velho 58, como exposto no Gráfico 1. Vale destacar, que ao considerar os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística – IBGE, os participantes da presente pesquisa se enquadram dentro da classificação de população economicamente ativa – PEA, ou seja, que podem se inserir no mercado de trabalho.

Ao se tratar da ocupação, destaca-se que dos participantes da pesquisa 56% (N=9) declararam não possuírem ocupação fixa exercendo atividades informais de manicure, limpeza (faxina), serviços esporádicos que como explicam os entrevistados ajudam a complementar a renda das famílias.

Gráfico 1: Perfil etário dos entrevistados, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Relacionando a variável de ocupação à questão de gênero, como mostra a maioria dos lares que fizeram parte da pesquisa é representada por mulheres 88% (N=14).

Nesse sentido, os homens que estavam em casa no momento da entrevista afirmaram estar de folga ou não possuírem compromisso (serviço) naquele dia por serem autônomos. As mulheres que responderam o questionário, afirmam fazer bicos para complementar a renda obtida pelos maridos que são considerados chefes da casa. Observa-se assim, que para maior parte das famílias que fizeram parte da pesquisa a tendência de o homem ser o principal provedor da casa, enquanto que as mulheres se ocupam principalmente dos afazeres domésticos e complementação da renda domiciliar.

Nota-se pelo Gráfico 2 que o mesmo aponta que apenas, 25% (N=4) dos entrevistados são estudantes. Como a maior parte dos participantes da pesquisa possui ensino médio completo, seguido pelo ensino fundamental incompleto.

Gráfico 2: Perfil de Escolaridade, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Ao analisar o perfil de escolaridade para os participantes da pesquisa do sexo masculino, pode-se dizer que um dos participantes possui ensino superior e outro ensino médio completo. O restante é do sexo feminino, no qual 31% (N=5) possuem ensino fundamental incompleto e 13% (N=2) não completaram o ensino médio. Entre os principais motivos para não terem terminado os estudos é que com a chegada dos filhos não conseguiram continuar estudando. A respeito do estrato feminino que ainda estudam 25% (N=4), se divide entre aquelas que continuam o ensino fundamental, a faculdade, cursa algum tipo de especialização ou estão se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio-Enem.

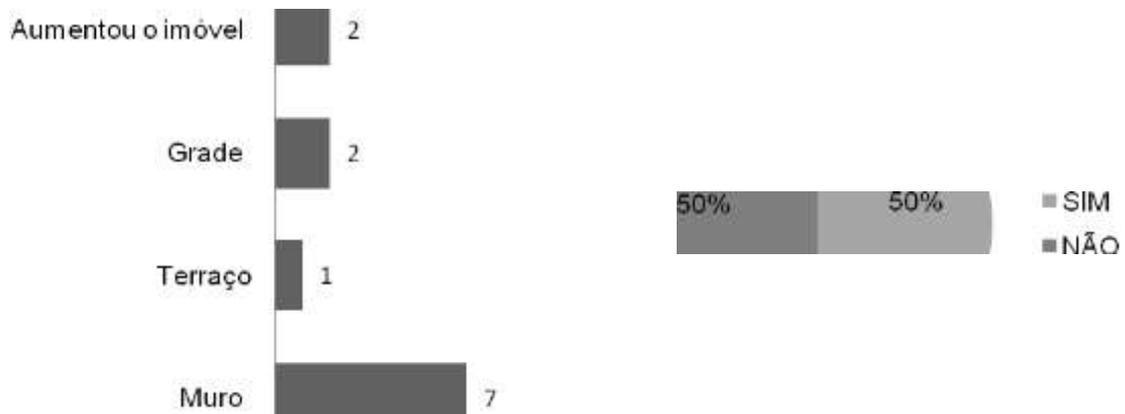
No que tange o estado civil das famílias participantes da pesquisa 38% (N=6) são solteiros e 6 % (N=1) é separado sendo o restante casados ou moram juntos. A composição do grupo de pessoas que moram nas casas chega a uma média de 3 moradores. Destaca-se que em 19% (N=3) dos domicílios visitados durante a pesquisa moram 06 pessoas. Outra informação pertinente é a respeito da quantidade de filhos por família, em algumas casas a família é composta por até 06 filhos, sendo o número médio de filhos por famílias 03.

Relacionado as melhorias feitas nos imóveis, alguns participantes da pesquisa explicaram que algumas melhorias foram necessárias antes de começar a habitar o imóvel, a exemplo da incorporação de grades nas portas e janelas. Os que não conseguiram fazer este tipo de melhoria em suas casas, afirmam não deixar o imóvel sozinho já que é comum ações de furto nas residências, como ilustra o fragmento que segue:

“A gente evita deixar aqui só, se for um pra rua tem de deixar outro em casa por que as casas são muito perto e sem muros quando vejo tem gente me olhando pela a janela ...” (Entrevista N°12, feminino, 58 anos).

A Gráfico 3, mostra outros tipos de melhorias que as famílias realizaram em seus imóveis, das quais muitas a exemplo da construção de muros além de trazer o sentimento de segurança também evita que criações fiquem soltas e transitem dentro de terrenos particulares. O terraço é outro tipo de melhoria comumente realizado e sua explicação é para que na época de chuvas, devido à falta de calçamento e o acúmulo de lama, a sujeira não seja levada para o interior das casas. Além disso, o terraço se torna uma área coberta que protege do sol durante a realização de atividades como a lavagem de roupas.

Gráfico 3: Proporção de moradores que realizaram algum tipo de benfeitorias e benfeitorias feitas nas casas, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Destaca-se também que metade das famílias afirma não ter condições de fazer melhorias nas casas. O perfil de renda (Gráfico 4) dos entrevistados mostra que maior parte dos moradores afirmou receber um salário mínimo, média que está abaixo da média do município exposta anteriormente na caracterização da área de estudo.

Gráfico 4: Perfil de renda, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.

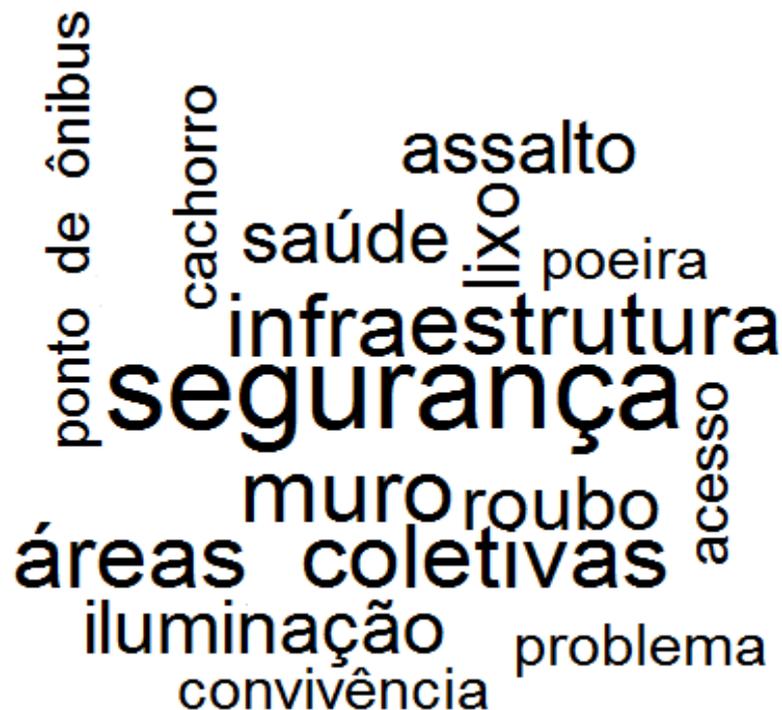


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Além dos problemas que foram expostos ao tratar das melhorias, nas questões abertas do questionário havia perguntas que indagavam a respeito do tipo de problemas os moradores enfrentam no cotidiano do conjunto habitacional na opinião dos mesmos. Tais problemas estão expostos na nuvem de palavras construída a partir das respostas que captou os problemas mais frequentes na fala dos moradores como mostra a Figura 2.

No que se refere aos principais temas que aparecem na nuvem de palavras em ordem de frequência, a segurança aparece como a principal reclamação. Os moradores explicam que apesar de muitos já terem construído muros e colocado grades nas casas ainda se atentam a criminalidade nas redondezas, a exemplo de roubo de celulares e assaltos a mão armadas. Muitos dizem que a ronda de viaturas é quase insignificante em comparação ao número de ocorrências.

Figura 2. Problemas Identificados pelos participantes da pesquisa, Lago Azul I, Araguaína, TO. 2018.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A infraestrutura aparece em seguida, os entrevistados associam este problema principalmente as vias de acesso. Isso porque as três vias de acesso ao

setor não são asfaltadas ocasionando em adversidades como a poeira no tempo da estiagem e lama no tempo das chuvas. Mencionam também a falta de iluminação.

Alguns moradores se queixam também da falta de zelo dos vizinhos em suas residências, ao se referir ao mal cheiro causado por entulhos de lixo no fundo das casas. Outro problema apontado foi a quantidade de cachorros soltos nas ruas, os moradores mencionam ainda que existem alguns problemas relacionados a convivência.

“Rapaz eu vou te dizer o que mais irrita a gente aqui: Cachorro e lixo. Esse povo quer criar cachorro enorme sem muro e solto, meu filho não pode ficar só na frente de casa que temos que correr atrás pra não ser mordido. Sem contar na bagunça que eles fazem no lixo espalhando pela rua toda.” (Entrevista nº 06, masculino, 38 anos.)

Outro problema evidenciado com a aplicação dos questionários é que as praças ainda não foram contruídas, os entrevistados afirmam que é grande o número de crianças que brincam nas ruas, existindo assim uma demanda por áreas coletivas de lazer. Outro elemento de queixas são os pontos de ônibus coletivos, os moradores da área que utilizam este serviço público explicam que é preciso esperar pelo transporte em pé no sol ou nas encostas das casas.

A saúde também aparece entre os problemas levantados, e ao tratar dela um morador menciona que no início da implementação do conjunto habitacional não havia nenhum serviço de saúde, atualmente contam com o atendimento de uma Unidade Básica de Saúde – UBS (Postinho) e caso precisem de algum atendimento ou serviço de urgência precisam se deslocar até a Unidade Pronto Atendimento (UPA), que se localiza um pouco distante (7,8 km).

Um entrevistado afirmou não haver problemas na área e na visão dele os problemas levantados pelos demais são mínimos comparados a satisfação de ter sua “casinha”:

“Eu to feliz com minha “casinha” problema todo lugar vai ter. Vizinho é tudo assim, tem em todo lugar, então eu relevo to aqui na minha casa e prefiro não dar atenção a essas coisas.” (Entrevista nº14, feminino, 32 anos.)

É importante destacar que no que se refere as casas, maior parte dos entrevistados se sentem satisfeitos em morar no local, apenas um morador reclama da forma como as casas foram construídas:

“Olha minha casa dá de frente com os fundo da outra casa e a pia de lavar roupas fica de porta com minha porta eu to sentando na sala vendo a mulher do meu vizinhos de roupas curtas, que você sabe né, as mulher quando vão lavar roupa veste roupas finas e curtas, mas não é problema dela, eu fico contrangido por mim e por ela porque eu não posso evitar ver por não ter muro.” (Entrevista nº 06, masculino, 38 anos.)

O questionário aplicado também icluiu questões que abordavam a percepção dos moradores quanto a participação comunitária. No bairro existe uma associação de moradores, que segundo entrevista com o representante de bairro:

“O grupo foi constituído de última hora. Como não tinha representantes eu e mais 12 moradores reunimos e formamos a chapa única. Estou a dois anos à frente da comunidade.” (Representante do Conjunto Lago Azul I).

Somente dois dos entrevistados participam de forma ativa na associação o restante não se envolve muito. Quando perguntados sobre em qual circunstancias exercem participação muitos atribuíram as festas comemorativas organizadas pela associação como dia dos pais, mães e bazares; demonstrando o interesse apenas por datas e eventos comemorativos. Mesmo a maioria dos entrevistados respondendo não participar da associação dos moradores foi solicitado que avaliassem a participação da comunidade como um todo, e os resultados mostram que 43,7% (N=7) considera o nível de participação bom ou regular.

Ao serem questionadas de que forma acreditam que possam trazer melhorias ao setor do Lago Azul I em que residem, as famílias acreditam que por meio das mídias possam trazer benefícios a população, e alguns citaram um fato que também foi comentado pelo presidente da associação, que houve maior envolvimento de alguns moradores para a abertura do postinho. Nesta ocasião, chamaram a TV para denunciar a demora em abrir o postinho de saúde do local, reunira-se e cobraram os representantes políticos, não tardou o posto de atendimento foi aberto.

Algo semelhante aconteceu com a rua que dá acesso a creche que estava interditada fazendo com que mães dessem a volta no quarteirão para deixar os filhos. Outra forma de organização mencionada pelos mesmos são os grupos informais nas redes sociais:

“Tem o grupo do setor aqui geral que é pra divulgar as coisas e outros que a gente faz da rua pra falar de segurança, um avisar os outros...” (Entrevista nº 09, feminino 48 anos).

“Tem um grupo aí que começou bem divulgado, as coisas certinhas, mas agora é só pra falar besteira.” (Entrevista nº 12, feminino 58 anos).

A respeito da não participação dos moradores, foi uma questão levantada no roteiro semiestruturado, direcionado ao representante do Lago Azul I, o mesmo afirma que quando solicita uma reunião para tratar de assuntos pertinentes ao setor a adesão é mínima. Explica que os convites para as reuniões são feitos por meio de anúncio em carro de som e em grupos existentes nas redes sociais. O representante do bairro foi questionado quanto as principais queixas que ele recebe quando procurado pelos moradores e como busca ajudá-los.

Segundo ele, as queixas estão relacionadas a infraestrutura do setor e que por meio de representantes políticos tenta ajudar, mas que a demora no tempo de resposta por parte dos mesmos é grande e o deixa sem ação.

Questionado se existe alguma hierarquia dentro do grupo o presidente explica que existe um Vice-presidente. As pautas das reuniões normalmente são para organizar eventos em datas comemorativas ou bazares. Esclarece que existem poucos incentivos externos e muitas das vezes não são atendidos por parte dos representantes políticos.

Como exposto anteriormente, no intuito de ir um pouco mais além, foi elaborado um roteiro de entrevista destinado aos representantes do poder público municipal, a fim de complementar o presente estudo com a visão institucional a respeito das ações realizadas no conjunto habitacional. O superintendente de Habitação do Município foi indagado sobre que tipo de atividades são desenvolvidas com as famílias beneficiadas pela política pública de habitação do Minha Casa Minha Vida, no que se refere ao Trabalho Técnico Social da Port. Nº 21 do Ministério das Cidades, a ser desempenhado.

Ele explicou que as famílias do Lago Azul I ainda não foram contempladas com os benefícios da portaria visto que existe um cronograma e que os primeiros empreendimentos entregues é que estão sendo beneficiados com cursos de qualificação profissional como: padeiro, salgadeira e com palestras educativas de cunho que visem agregar conhecimento para sua sustentabilidade e qualidade de

vida. Vale destacar que tais cursos poderiam ajudar a melhorar a renda do grupo pesquisado neste artigo, uma vez que como mostrou as informações socioeconômicas, a média de renda dos participantes da pesquisa está abaixo da média municipal, e que uma proporção significativa dos participantes 56% (N=9) não possuem ocupação fixa.

Apesar disso, o superintendente ressalta que não estão totalmente desamparados, uma vez que as outras secretarias municipais e estaduais estão desenvolvendo suas funções no setor e que a creche, o postinho e o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS estão com todas as suas atividades ativas. Reforça que o Lago Azul I é o mais completo e estruturado conjunto habitacional já entregue, uma vez que possui rede de esgoto, pavimentação, água e luz instalados; além do sistema de placas solares.

Questionado sobre as principais demandas quando procurados pelas famílias ele disse se tratar de denúncias de casas invadidas, alugadas e passadas para frente e que a maior dificuldade hoje é fomentar a habitação, fazer as pessoas valorizarem seu imóvel. Ele faz uma ressalva de que uma vez beneficiado pela política pública o beneficiário não pode se beneficiar novamente. No que se trata dos problemas relacionados ao acesso ao setor (não asfaltados) e falta de iluminação, argumentou que se tratam de problemas de outros loteamentos particulares ao redor que são irregulares e que não finalizaram suas obras. O representante do poder público finaliza a entrevista falando sobre as parcerias buscadas e expectativas para o futuro do setor Lago Azul I. Ele diz ter apoio das outras secretarias a exemplo das secretarias de esportes e lazer, cultura, e que outras parcerias são fechadas por meio de licitações.

O superintendente de habitação ainda explica que é preciso intensificar a participação das famílias, visto que são disponibilizados ônibus gratuito para levarem até os cursos e ainda assim não existe muita adesão por parte dos moradores. Outro papel que ele enfatiza é de acompanhar se de fato os cursos ministrados estão sendo praticados e úteis para as famílias.

Quanto a perspectiva para o futuro do Lago Azul I, explica que são os melhores vistos que foi feito todo um projeto estratégico junto ao Plano Diretor da cidade para que o setor fosse inserido nas metas de crescimento do município. O

trecho abaixo mostra a expectativa futura de um dos moradores que participou da pesquisa.

“Eu me sinto satisfeito mesmo com as dificuldades. A gente já conseguiu a abertura da rua da creche como apoio da TV, campo de futebol, limpeza de ruas, quando uma lâmpada do poste tá queimada o morador vem aqui a gente já liga pra empresa pra não ficar no escuro, a projeto da feira ainda não foi autorizado, mas nossa parte já foi feita. Quanto ao bairro no futuro eu vejo bem positivo, o setor se encontra estrategicamente bem localizado e estamos aí esperando a chegada do posto de gasolina e mais supermercados.” (Representante do Conjunto Lago Azul I).

O fragmento mostra que existe o sentimento de satisfação e expectativas positivas com a chegada de novos investimentos na área.

6 DISCUSSÕES

Apresentado os resultados da pesquisa, alguns aspectos são considerados entendendo como importante a busca pela melhoria na estrutura já encontrada na associação dos moradores e para a comunidade do conjunto Habitacional Lago Azul I que participou da pesquisa. Outra finalidade é colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica no Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

Fazendo uma análise quanto a associação de moradores, entende-se necessário que o grupo se estruture melhor, visto que apesar de no momento de escolha dos participantes contaram com 12 moradores, o fato de a associação ter sido constituída de última hora, sem conhecimento de todos a respeito da importância e benefícios que a constituição da mesma pode trazer a representação e busca de melhorias para as famílias, destoa de um processo em que o próprio grupo sente a necessidade de criar uma organização representativa. Como visto anteriormente, atualmente a associação é composta apenas pelo presidente e seu vice, havendo necessidade de maior envolvimento e participação dos demais moradores.

Ao mencionar a participação, a mesma nos remete a outro problema relacionado ao envolvimento dos moradores que é quase inexistente, ou seja, a participação não é ativa, uma vez que os moradores só trabalham coletivamente na resolução de problemas isolados. A portaria nº 21 além de incentivar a formação de lideranças destaca a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados. Ou seja, existe a

necessidade de buscar incentivos que possam despertar maior envolvimento dos moradores enquanto grupo organizado.

Outro fator que pode ter contribuído para maior parte dos problemas citados pelos participantes da pesquisa, é que os beneficiários pelo PMCMV do Lago Azul I ainda não foram contemplados pela portaria nº 21 do Ministério das Cidades. Apesar de ter ficado claro no roteiro aplicado com o superintendente municipal que existe um cronograma de execução, seria pertinente um trabalho de conscientização paralelo junto às famílias com a finalidade de instigá-las a participar e se envolverem com as capacitações e cursos oferecidos quando o cronograma começar a ser colocado em execução, para que assim possa de fato ser sentidos os impactos econômicos, sociais e políticos na vida dos mesmos com as atividades desenvolvidas junto as famílias.

Deve ser mencionado também, que dentre as parcerias mencionadas pelas entrevistas, não aparecem as instituições de ensino superior, a exemplo da Universidade Federal do Tocantins – UFT que conta com um campus no município de Araguaína e que oferta cursos e formações que poderiam dialogar e trabalhar em parceria com os atores sociais já envolvidos. Até mesmo no processo proposto anteriormente de conscientização da importância da participação e do associativismo, desenvolvendo atividades participativas de levantamento de problemas e soluções para que a participação social possa ser vista pelos beneficiários do conjunto habitacional da mesma forma que a literatura trabalhada neste artigo interpreta, ou seja, como uma forma de controlar e contribuir para a qualidade dos serviços locais. Este tipo de parceria seria saudável tanto para as universidades quanto para o público beneficiado pela política pública.

É interessante destacar que o presente artigo evidenciou também, que no contexto atual as mídias sociais têm aparecido como instrumentos que podem ser aliados nos canais de divulgação de informações e comunicação entre os indivíduos. O caso em questão mostrou que os participantes da pesquisa consideram tais canais como espaços participativos. No entanto, é importante destacar que tais canais de comunicação devem ser considerados e aproveitados desde que sejam utilizados de forma consciente.

Por fim, destaca-se que o presente artigo mostrou que apesar dos problemas evidenciados pelos participantes da presente pesquisa, os moradores sentem-se

satisfeitos com as residências em termos de localização e dinamização da área e possuem boas perspectivas futuras. Os problemas evidenciados pelos mesmos podem encontrar caminhos a partir da valorização da participação social por parte dos mesmos que podem e devem ver na organização social dos moradores uma forma de buscar mais avanços junto ao o poder público.

7 CONCLUSÃO

Este artigo espera ter contribuído para os estudos que se enquadram dentro da temática da Política Habitacional do Minha Casa Minha Vida, sobretudo ao trazer a categoria da participação social como foco de análise. Mais uma vez, ficou evidente a necessidade de valorização da participação, no entanto não apenas por parte do poder público, mas também por parte da sociedade civil que muitas vezes passa por privações de serviços que poderiam melhorara qualidade de vida, por falta de uma organização coletiva efetiva e consciente. Assim, a resposta da pergunta problema que orientou a construção deste artigo, é que a participação social mais efetiva por parte das famílias beneficiadas pode ser um instrumento na busca pela superação dos problemas levantados pelos moradores que atualmente impacta de forma negativa a qualidade de vida dos mesmos.

Este artigo deixa algumas lacunas que podem ficar como possibilidade de aprofundamento em pesquisas futuras, como ir além do presente estudo ao trazer a historicidade das famílias, ou seja, a trajetória e origem das mesmas, que hoje formam o conjunto Habitacional Lago Azul I buscando compreender melhor a identidade dos moradores enquanto grupo e as questões que podem estar implícitas ao processo de constituição das mesmas enquanto sujeitos coletivos, pertinente as análises de cunho cooperativo que podem influenciar na organização e participação social.

8. BIBLIOGRAFIA

BALDIN, Nelma e MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (Bola De Neve): Uma Técnica Metodológica Para Pesquisa Em Educação Ambiental Comunitária. In. X Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, subjetividade e educação – SIRSSE. **Eixo Temático: Cultura, Currículo e Saberes.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011, p.13.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social** - v. 1: cem anos de construção de política pública no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. SESC, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Artigo 6.

CAMARGO, Brigido Vizeu e JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais.** Temas em Psicologia – 2013, Vol. 21, nº 2, 513-518.

CAMARGO, Daniela A. Descentralização, poder local e participação social: perspectivas para a construção de uma nova cultura política. In. FORUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO TOCANTINS. III **Colóquio de ética, filosofia política e direito.** Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016, 18p. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/to/node/196>> Acesso em: 02 de setembro de 2018.

FREITAS, Wesley R S; JABBOUR, Charbel J C. UTILIZANDO ESTUDO DE CASO(S) COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA QUALITATIVA: BOAS PRÁTICAS E SUGESTÕES. **Revista Estudo & Debate**, [S.l.], v. 18, n. 2, dez. 2011. ISSN 1983-036X. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560/550>>. Acesso em: 11 set. 2018.

FUNES, Silvia Maria Morales. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos.**2005. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. UFSCar, 2005. 250 p.

GARBELINE, Camila Balista. Reflexão crítica sobre participação social: barreiras e estratégias. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 165-178, set. 2017. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n64p165>>. Acesso em: 28 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2017v32n64p165>.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito à moradia no Brasil. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidade de Barcelona, 26-30 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm>.>Acesso em: 27 ago. 2018.

IBGE CIDADES, **Araguaína**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>> Acesso em: 02 de outubro de 2018.

LOUREIRO, et al: **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: O programa minha casa minha vida**, Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1886, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013.

MENEZES, Rafael Lessa Vieira de Sá. **O Programa Minha Casa, Minha Vida: limites dos arranjos institucionais para uma política pública de habitação de interesse social**. USP – Pós-graduação 2014-2.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 21, de janeiro de 2014. **Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades**.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23ª ed., rev., e atual., São Paulo: Malheiros, 2004.

Site Prefeitura Municipal de Araguaína

<<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>> Acessado em 19 jul de 2018.

TATAGIBA, Luciana F, et al. **Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades**. Programa Regional De Bercas De Investigación Clacso-Asdi 2013.